

TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE O OUTRO: A DIVERSIDADE CULTURAL EM QUESTÃO

Bruno Brizotto¹

Resumo: O ensaio examina três perspectivas referentes à questão da diversidade cultural: em primeiro lugar, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002); em segundo, os estudos do crítico literário José Clemente Pozenato (2003) e, finalmente, a literatura de José de Alencar, representada por dois romances do escritor brasileiro, *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865). A análise sustenta que sem a consideração acerca do outro, dificilmente conseguiremos compreender a nós mesmos.

Palavras-chave: diversidade cultural; diferença; outro.

WEAVING CONSIDERATIONS ABOUT THE OTHER: THE CULTURAL DIVERSITY IN QUESTION

Abstract: The essay examines three perspectives regarding the issue of cultural diversity: firstly, the Universal Declaration on Cultural Diversity (UNESCO, 2002); second, the studies of the literary critic José Clemente Pozenato (2003) and, finally the literature of José de Alencar, represented by two novels of the Brazilian writer, *O Guarani* (1857) and *Iracema* (1865). The analysis argues that without the consideration of the other, we can hardly understand ourselves.

Keywords: Cultural diversity; Diference; Other.

A iniciativa do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em promover a série de encontros “Universalismo e Diversidade”, entre 28 de novembro e 02 de dezembro de 2012, na cidade de São Paulo, sob a curadoria do sociólogo brasileiro Renato Ortiz, revela que questões como universalismo, diversidade cultural e mundialização estão na ordem do dia, constituindo espaço de discussão no campo da sociologia, da antropologia, da política, da filosofia, da linguística, dos estudos literários, bem como de muitas outras searas do conhecimento humano. Estudar tais questões consiste em uma tarefa que Edward Said (2007) julga como fundamental para todos os indivíduos:

¹ Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade (UCS). Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. brunobrizotto@gmail.com

Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de maneiras muito mais interessantes do que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor. (SAID, 2007, pp. 25-26)

Levando em consideração tal panorama, examinaremos três perspectivas referentes à questão da diversidade cultural, a saber: a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), os estudos do crítico literário José Clemente Pozenato (2003) e, finalmente, a literatura de José de Alencar, representada por dois romances do escritor brasileiro, *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

Em termos gerais, a diversidade cultural pode ser entendida como o conjunto de diferenças culturais que existem entre os seres humanos. Essas diferenças culturais compreendem vários segmentos, tais como a linguagem, o patrimônio cultural (material e imaterial), o modo de vestir, a ideologia, os valores culturais. A diversidade cultural também pode se referir ao respeito que cada cultura tem em relação às outras. Respeito que deve constituir um dever de todo cidadão do mundo, pois é fato incontestável que vivemos no mesmo planeta e que precisamos respeitar as diferenças, caso contrário, continuaremos a testemunhar guerras culturais, separatismos, casos de etnocentrismo.

É nesse sentido que, em 2001, foi aprovada por 185 Estados Membros, a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, que representa o primeiro instrumento de definição de padrão internacional destinado a preservar e promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural. Antes de examinarmos alguns princípios desse documento, é importante registrar a concepção de cultura expressa por essa organização:

[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças [...]. (UNESCO, 2002, p. 2)

Fica evidente, por essa visão de cultura, a iniciativa da UNESCO de considerar como fundamental a diversidade cultural entre as nações, na medida em que enfatiza “traços distintivos”, os quais, por sua vez, funcionarão como ferramentas para a efetivação da

diversidade cultural. É na distinção, na diferença que a diversidade se constituirá, pois, se todas as culturas fossem iguais, estabelecer-se-ia uma homogeneização que certamente as destruiria. Some-se a isso o fato de a cultura se encontrar “no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber” (UNESCO, 2002, p. 2), situação que permite pensar a cultura como elemento chave para a discussão em torno da diversidade cultural. A declaração também afirma que “as melhores garantias da paz e da segurança internacionais” estão no “respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos” (UNESCO, 2002, p. 2), fato que justifica o nosso interesse pelo tema.

Apresentando doze artigos, divididos em quatro partes, e um Plano de Ação², a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural não será examinada aqui em sua totalidade, bastando a discussão dos princípios que julgamos relevantes para este estudo. O Artigo 1 afirma que a diversidade cultural “constitui o patrimônio comum da humanidade”, devendo “ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.” (UNESCO, 2002, p. 3). Tal diversidade “se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade.” (UNESCO, 2002, p. 3). Descontando a exploração que os povos africanos, americanos e asiáticos sofreram, graças à ação de determinados países europeus e dos Estados Unidos³, pode-se afirmar que o choque cultural criou um espaço de descobertas, de conhecimento de outras culturas, de troca de experiências. Evidentemente que isso não se deu de forma positiva em todas as áreas colonizadas, ocorrendo lutas sangrentas pela posse do território, pelo controle das riquezas ali descobertas, como atestam, por exemplo, as Guerras do ópio (a primeira ocorrendo entre 1839-1842, e a segunda entre 1856-1860) e as Guerras dos bôeres (a primeira travada entre 1880 e 1881, já, a segunda entre 1899 e 1902).

O choque cultural acima citado foi registrado por diversos escritores, sejam eles ficcionistas ou não. Mencionemos, nesse sentido, o ponto de vista da literatura. O romance *Ana e o Rei* (Anna and the King of Siam), da escritora estadunidense Margaret Landon,

² Não trataremos do Plano de Ação, pois não pretendemos alongar a discussão em torno da Declaração. Contudo, o leitor pode conferir as linhas gerais desse plano no referido documento.

³ Referimo-nos ao período 1876-1915, época do Neocolonialismo, dos impérios coloniais. Segundo Hobsbawm (2011, p. 101), a “repartição do mundo entre um pequeno número de Estados [...] foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em ‘avançados’ e ‘atrasados’ [...]”

publicado em 1944, servirá de exemplo.⁴ A obra baseia-se nos diários de Anna Leonowens, uma governanta britânica que vai para o Sião durante os anos 1860. O enredo se concentra essencialmente no choque cultural entre os valores vitorianos do Império Britânico e as leis autocráticas do Sião durante o reinado de Mongkut. Fica evidente a manutenção dos hábitos britânicos por parte de Anna, seu filho, Louis, e de seus criados, em pleno Sião. Interessante é o fato de o rei Mongkut permitir que a governanta continue a seguir os seus costumes, estabelecendo um rico diálogo com a cultura estrangeira, presenteando Anna com uma casa, a fim de que ela pudesse “ter a Inglaterra em solo estrangeiro”. Apesar de a governanta questionar algumas das ações do rei e de seus súditos, tentando mudar a mentalidade destes, como no caso da execução de uma das esposas do rei, fica evidente a troca cultural entre Inglaterra e o Sião.

O Artigo 2 remete à faceta política da diversidade cultural, na medida em que assevera ser “o pluralismo cultural⁵ [...] a resposta política à realidade da diversidade cultural.” (UNESCO, 2002, p. 3). Sendo a diversidade cultural uma realidade, faz-se necessária a criação de políticas culturais que garantam “uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver.” (UNESCO, 2002, p. 3). O pluralismo cultural só apresenta sucesso se for posto em prática em contextos democráticos, no qual, segundo Taylor (1997), se alcançaria o reconhecimento do outro, ou seja, a diversidade. Inserido nesse contexto, “o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.” (UNESCO, 2002, p. 3). Ainda sobre a questão das políticas culturais, está o Artigo 9, que declara serem estas “catalisadoras da criatividade” (UNESCO, 2002, p. 4):

As políticas culturais, enquanto assegurem a livre circulação das idéias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial. Cada

⁴ Atente-se para o fato de a trama do romance ter ficado bastante conhecida pelas três adaptações (1946, 1956, 1999) que foram feitas para o cinema, destacando-se a última, na qual a atriz norte-americana Jodie Foster encarna o papel da governanta Anna.

⁵ Segundo Malgesini e Giménez (2000, p. 323), “el pluralismo cultural es aquella ideología o modelo de organización social que afirma la posibilidad de convivir armoniosamente en sociedades grupos o comunidades étnica, cultural, religiosa o lingüísticamente diferentes. A diferencia de otros modelos, el pluralismo cultural valora positivamente la diversidad sociocultural y toma como punto de partida que ningún grupo tiene porqué perder su cultura o identidad propia.”

Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados.

Fundamental também é o Artigo 4, no qual se verifica que os direitos humanos caracterizam-se como garantias da diversidade cultural: “A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana.” (UNESCO, 2002, p. 3). No momento em que a identidade, os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os seres humanos forem respeitados, atingiremos o verdadeiro *status* de diversidade cultural. Mas, para que isso aconteça, valem as palavras presentes nesse artigo: “Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.” (UNESCO, 2002, p. 3). Outras garantias da diversidade cultural estão presentes no Artigo 6: “A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão [...]”

Ao falarmos de diversidade cultural, é essencial mencionarmos o Artigo 7, que trata de um dos elementos centrais para esse fenômeno: o patrimônio cultural, visto como “fonte de criatividade” (UNESCO, 2002, p. 4):

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas. (UNESCO, 2002, p. 4)

Obras literárias, canções, danças, lendas, costumes, por exemplo, são criações associadas às tradições culturais, que podem se desenvolver estando em contato com outras culturas. Basta pensar na troca cultural entre alemães e italianos durante a época de colonização do Rio Grande do Sul. É óbvio que a questão da diversidade cultural implica o uso das modernas tecnologias, bem como de seu impacto na vida dos indivíduos. No entanto, a tradição é basilar para pensarmos a diversidade cultural, visto que ela permite que muitas trocas culturais se efetivem. Nesse sentido, o hermeneuta alemão Hans-Georg Gadamer (2008) afirma:

O que é consagrado pela tradição e pela herança histórica possui uma autoridade que se tornou anônima, e nosso ser histórico e finito está determinado pelo fato de que também a autoridade do que foi transmitido, e não somente o que possui fundamentos evidentes, tem poder sobre nossa ação e nosso comportamento. [...] A realidade dos costumes, p. ex., é e continua sendo, em sentido amplo, algo válido a partir da herança histórica e da tradição. Os costumes são adotados livremente, mas não são criados nem fundados em sua validade por um livre discernimento. É isso, precisamente, que denominamos tradição: ter validade sem precisar de fundamentação. [...] A tradição é essencialmente conservação e como tal sempre está atuante nas mudanças históricas. (GADAMER, 2008, pp. 372-373)

O fato de a tradição “sempre [estar] atuante nas mudanças históricas” corrobora a afirmação de que as trocas culturais podem ser atingidas graças à tradição. Mesmo que estejamos vivenciando tempos pós-modernos, como preferem Lyotard, Vattimo, Harvey e outros, a tradição continua a vigorar. Na verdade, ela pode coexistir com a (pós)modernidade. O estudo realizado por Bertussi (2009) é um exemplo concreto dessa ideia, na medida em que realiza uma leitura dialética entre tradição e modernidade a partir da produção poética dos principais representantes da poesia regionalista gauchesca de 1922 a 1932, isto é, aqueles que integraram a primeira fase do Modernismo gaúcho (Augusto Meyer, Manuel do Nascimento Vargas Netto, Tyrteu Rocha Vianna, João Otávio Nogueira Leiria).

O pensamento do crítico literário, romancista e professor gaúcho José Clemente Pozenato (1938-) consistirá na segunda perspectiva a ser examinada no que concerne à questão da diversidade cultural. Foi no âmbito do Programa Projeto Ecirs⁶ – Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul –, instituído na Universidade de Caxias do Sul em 1978, que as ideias de Pozenato (2003) acerca de temas como cultura, processo cultural, dinâmica cultural, diversidade cultural, nasceram e se constituíram como decisivas para a solidificação do referido projeto e da criação, em 2002, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional, que, desde 2009, passou a se chamar Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. O fato de contar com uma equipe interdisciplinar⁷ permitiu que o Projeto Ecirs promovesse “o conhecimento

⁶ Projeto do qual fizemos parte como Bolsista de Iniciação Científica nos anos de 2009 e 2010, sob a orientação dos Professores-pesquisadores Dr. José Clemente Pozenato e Dra. Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro.

⁷ A interdisciplinaridade é “a situação ideal para a análise do fato cultural, porque cada um está [...] num lugar do novo.” (POZENATO, 2003, p. 80)

da cultura regional”, desenvolvendo “políticas de ação cultural que aos poucos foram transpondo as fronteiras da região.”⁸ Nesse sentido, selecionamos dois textos de Pozenato (2003) para estruturar a presente reflexão: o primeiro, “Elogio da diversidade”, publicado em 1984, “em catálogo que acompanhava a mostra fotográfica, chamada Retratos de uma Cultura, exibida na Galeria do Térreo, do Teatro Nacional de Brasília”, “foi uma espécie de carta de apresentação, para não dizer de princípios, do Projeto Ecirs.” (POZENATO, 2003, p. 10); o segundo é o conjunto de textos “Reflexões sobre a dinâmica cultural”, “resultado de um seminário do Projeto Ecirs, realizado de agosto a novembro de 1988.” (POZENATO, 2003, p. 10).

Verdadeiro louvor da diversidade, o olhar de Pozenato (2003, p. 13) parte da situação da Universidade de Caxias do Sul, “ela mesma, em parte, fruto [de uma] cultura particular.” A cultura referida é da imigração italiana, intensivamente estudada pelos integrantes do Projeto Ecirs. A iniciativa da Universidade de Caxias do Sul em estudar a sua própria cultura permite que ela compreenda a si mesma e, “compreendendo-se, procura saber mais claramente qual o papel que lhe compete nesse contexto. [...] O que, como se vê, nada tem de compulsão e, sim, é o resultado de uma opção consciente da Universidade no sentido de se integrar plenamente com a realidade de sua região.” (POZENATO, 2003, p. 13). E de sua nação, poderíamos completar. A Universidade de Caxias do Sul, através do Projeto Ecirs, busca, assim, integrar-se com a sua região e o Brasil, aceitando como um tesouro a diversidade cultural em nosso país. O autor também registra a confusão promovida deliberadamente pelos regimes de cunho fascista que defenderam a ideologia da uniformidade cultural, rejeitando quaisquer diferenças culturais. De acordo com Pozenato (2003, p. 14), “unidade cultural não se confunde com uniformidade ou com padronização.” As consequências desastrosas de tal ideologia podem ainda ser vistas em regiões de colonização estrangeira no Brasil. É inegável “o quanto é importante a unidade cultural para a existência e a sobrevivência de uma nação”, declara Pozenato (2003, p. 14). Mas não é pela homogeneização cultural que a unidade cultural nacional será atingida: “Ao contrário, a unidade cultural do país só será enriquecida com a soma das diversidades regionais e locais. [...] É na diferença, que não significa divergência, que reside o fascínio da troca, que é o próprio mecanismo da comunicação.” (POZENATO, 2003, p. 15).

⁸ As informações entre aspas se encontram na segunda orelha do livro de Pozenato (2003).

Se a ideologia da uniformidade cultural parece não oferecer mais ameaça, o mesmo não pode ser dito acerca de “outras formas de padronização cultural em pleno vigor juvenil: a ideologia do desenvolvimento, a comunicação de massa, a educação formal e mesmo a comercialização turística das *diferenças* culturais”, vistas como “apenas as pontas mais visíveis de uma política que tende ao nivelamento e à perda de identidade cultural de muitas comunidades.” (POZENATO, 2003, p. 14). De fato, ninguém em sã consciência ousaria interromper esse processo, pois há um aspecto positivo inegável, conforme anota Pozenato (2003, p. 14): “o de resgatar as fronteiras do isolamento para um mais rico comércio humano entre pessoas e comunidades.” É a prática da “globalização” sendo posta em prática. É a tradição em diálogo com a modernidade, conforme nos ensina o estudo de Oliven (2006). Por falar em tradição, esta pode ser exterminada caso ocorra o alargamento excessivo da comunicação e do progresso. Lembrando Gadamer (2008): a tradição atua nas mudanças históricas, uma é inseparável da outra. Mesmo revoluções canônicas, como a Revolução Francesa, a Independência Norte-Americana, a Revolução Russa e os processos que levaram à descolonização de países africanos e asiáticos, dialogam com a tradição, na medida em que precisam dela para constituir o seu futuro. “E afinal de contas é nessas tradições que se enraíza o que se convencionou chamar de identidade cultural. É nelas que as pessoas se reencontram e se compreendem como seres com história”, afirma com perspicácia Pozenato (2003, pp. 14-15). E finaliza com uma profissão de fé: “Contra o perigo das ditaduras culturais há, pois, um único caminho: de chamar a atenção para a diferença, o de elogiar a diversidade.” (POZENATO, 2003, p. 15).

Ao passarmos para o segundo texto de Pozenato (2003), consideraremos o último capítulo, na realidade “o último encontro”, no qual são discutidos alguns aspectos da história cultural da Região de Colonização Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul. Fundamental aqui é a premissa da qual o autor parte: “O importante para se compreender um processo cultural é ser capaz de vê-lo dentro de um processo de história. Ele estando dentro de um processo de história ele se transforma.” (POZENATO, 2003, p. 30). E mais adiante deixa clara tal inserção histórica: “Quando se diz histórica não significa apenas dentro de uma dimensão cronológica, de uma duração de tempo, mas no sentido de historicidade, isto é, de experiência concreta.” (POZENATO, 2003, pp. 53-54). Dois momentos são identificados pelo crítico literário gaúcho como eficazes para que as transformações culturais na RCI, ao longo da história, pudessem ocorrer em direção à diversidade cultural:

No primeiro momento, aquele em que predominam as transformações internas, o ritmo é relativamente lento, quase com a aparência de estabilidade. Quando começa a haver um processo de interferência externa, mesmo aí se podem distinguir estágios em que o ritmo de aculturação, de transformação cultural, começa menos rápido e tende a se acelerar cada vez mais. (POZENATO, 2003, p. 105)

Ocorre que, no primeiro momento, os imigrantes necessitavam, antes de tudo, se instalar na nova terra, adaptar-se ao novo espaço físico. Além do mais, não existiam estradas de ferro, meios de comunicação. Daí a criação interna de uma nova cultura, devida, principalmente, ao próprio isolamento em que a região ficou. O fato de procederem de diferentes regiões da Itália, bem como da unificação italiana ser uma realidade muito recente, incentivou que um rico processo de aculturação ocorresse entre os próprios imigrantes: “Então existe essa riqueza de aculturação entre si também, tendo que conviver com essas diferenças e se ajustar. Na verdade, havia muitas diferenças entre eles próprios, além de se sentirem em terra estranha.” (POZENATO, 2003, p. 106). Percebe-se, então, um primeiro processo de diversidade cultural, ainda que restrito a uma mesma região. Se não houve um processo de intercâmbio com a cultura envolvente é porque não havia necessidade, ou seja, “a comunidade estava demasiado envolvida na sua própria construção para passar a considerar como prioritário o início do intercâmbio com as culturas envolventes.” (POZENATO, 2003, p. 107).⁹ O intercâmbio só aconteceria caso houvesse solicitação externa ou necessidade interna. Até isso ocorrer, a cultura originada na RCI não sustenta esse tipo de preocupação. Eis que se dá o segundo momento: a interferência externa vem e, com isso, profundas alterações se instauram no solo sulino. O exemplo da visita do então presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, em 1895, à cidade de Caxias do Sul, e a posterior construção da estrada de ferro em toda a região, representam, nesse sentido, que a iniciativa de intercâmbio procedeu da cultura envolvente, a qual se valia da ideologia do progresso. Na realidade, a verdadeira ideologia do Estado, na visão de Pozenato (2003, p. 107), “foi a de forçar através disso [a construção da estrada] uma aculturação que se percebeu que não existia.” Dessa forma, a realidade cultural da RCI já estava pronta para o processo de trocas

⁹ Pozenato (2003, p. 107) também esclarece o sentido objetivo desse não-intercâmbio: “Objetivamente se sabe que o governo, que é o representante da cultura envolvente, não fez questão nenhuma de que essa cultura tivesse canais de comunicação com outras culturas. Deixou-a mais ou menos abandonada.” A situação muda quando Júlio de Castilhos visita Caxias do Sul, em 1895, e percebe a “pérola das colônias” que se tinha construído, determinando a construção de uma estrada de ferro que atravessasse toda a região. Isso possibilitaria a integração entre as culturas.

culturais. Com a posterior integração à cultura hegemônica nacional, assiste-se ao segundo processo de diversidade cultural, agora não mais restrito a uma única região, mas englobando diferentes culturas, distintos modos de viver. É graças a esses processos que a unidade pode ser encontrada na diversidade.

Gostaríamos de finalizar este ensaio com a perspectiva da disciplina que alicerça a nossa formação intelectual: estamos falando dos estudos literários, especificamente, da crítica literária. O exercício que faremos a seguir consiste em mostrar, tendo como objeto de análise excertos de dois romances de José de Alencar, a forma como a diversidade cultural é representada, levando em conta o contexto histórico-literário e cultural no qual tais narrativas se inserem.

José de Alencar (1829-1877) é, sem dúvida, um dos maiores escritores do Romantismo brasileiro¹⁰, autor de clássicos como, por exemplo, *O guarani* (1857), *Lucíola* (1862), *Iracema* (1865), *O gaúcho* (1870), *Senhora* (1875) e *O sertanejo* (1875).¹¹ O projeto literário alencariano constitui peça essencial para a ideologia romântica: afirmar a brasilidade de um país recém independente (1822) do ponto de vista político. A literatura brasileira não seria mais vista como dependente daquela produzida em Portugal. É nesse sentido que Alencar elabora por meio da ficção um verdadeiro painel que representa as diferentes regiões do vasto território brasileiro. Assim, o sertão do Nordeste é retratado em *O sertanejo*, o litoral cearense em *Iracema*, o pampa gaúcho em *O gaúcho*, a zona rural do sudeste em *Til* (interior paulista) e *O tronco do ipê* (zona da mata fluminense), a cidade e a sociedade burguesa do Segundo Império em *Diva*, *Lucíola*, *Senhora* e nos demais romances urbanos. O exame de tais romances sinaliza para o objetivo de Alencar: encontrar a unidade cultural nacional na soma das diversidades regionais. Cabe ao texto literário expressar a identidade nacional. Ele é o espelho no qual os brasileiros devem reconhecer-se como povo e como unidade cultural e

¹⁰ Sobre a posição de Alencar no Romantismo nacional, sugerimos a leitura de Merquior (1979), Candido (1997), Coutinho (1997) e Kothe (2000).

¹¹ A produção de romances de Alencar pode ser dividida em quatro segmentos: os romances urbanos (*Cinco minutos*, *A viuvinha*, *Lucíola*, *Diva*, *A pata da gazela*, *Sonhos d'ouro*, *Senhora*, *Encarnação*), os regionalistas ou sertanistas (*O gaúcho*, *O tronco do ipê*, *Til*, *O sertanejo*), os históricos (*As minas de prata*, *Alfarrábios*, *A guerra dos mascates*) e os indianistas (*O guarani*, *Iracema*, *Ubirajara*).

territorial. É nesse sentido que podemos visualizar a questão que impulsionou o escritor cearense:

A literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?(ALENCAR, 1955, p. 9, grifo nosso)

Todavia, existe também um problema no projeto alencariano: suas obras pouco representam as mazelas que assolavam o país: a escravidão e a brutalidade das camadas senhoriais. Discussões à parte, não entraremos nesse debate aqui, restringindo-nos a analisar sob o ponto de vista da diversidade cultural alguns fragmentos de dois romances indianistas do autor, *O guarani* e *Iracema*, representantes da fase de formação da nacionalidade.

Dividido em quatro partes (“Os aventureiros”, “Peri”, “Os Aimorés” e “A catástrofe”), *O guarani* não trata apenas da fundação da nacionalidade, mas da própria fundação do romance enquanto gênero literário no Brasil. A antológica cena final do romance revela a formação de uma nova cultura, da diversidade cultural enquanto formadora de uma nação:

Então passou-se sobre esse vasto deserto de água e céu uma cena estupenda, heróica, sobre-humana; um espetáculo grandioso, uma sublime loucura. Peri alucinado suspendeu-se aos cipós que se entrelaçavam pelos ramos das árvores já cobertas de água, e com esforço desesperado cingindo o tronco da palmeira no seus braços hirtos, abalou-o até as raízes. Três vezes os seus músculos de aço, estorcendo-se, inclinaram a haste robusta; e três vezes o seu corpo vergou, cedendo a retração violenta da árvore, que voltava ao lugar que a natureza lhe havia marcado. Luta terrível, espantosa, louca, esvairada: luta da vida contra a matéria; luta do homem contra a terra; luta da força contra a imobilidade. Houve um momento de repouso em que o homem, concentrando todo o seu poder, estorceu-se de novo contra a árvore; o ímpeto foi terrível; e pareceu que o corpo ia despedaçar-se nessa distensão horrível. Ambos, árvore e homem, embalançaram-se no seio das águas: a haste oscilou; as raízes desprenderam-se da terra já minada profundamente pela torrente. A cúpula da palmeira, embalançando-se graciosamente, resvalou pela flor da água como um ninho de garças ou alguma ilha flutuante, formada pelas vegetações aquáticas. Peri estava de novo sentado junto de sua senhora quase inanimada: e, tomando-a nos braços, disse-lhe com um acento de ventura suprema: – Tu viverás!... Cecília abriu os olhos, e vendo seu amigo junto dela, ouvindo ainda suas palavras, sentiu o enlevo que deve ser o gozo da vida eterna. – Sim?... murmurou ela: viveremos!... lá no céu, no seio de Deus, junto daqueles que amamos!...

O anjo espanejava-se para remontar ao berço.
 – Sobre aquele azul que tu vês, continuou ela, Deus mora no seu trono, rodeado dos que o adoram. Nós iremos lá, Peri! Tu viverás com tua irmã, sempre...!
 Ela embebeu os olhos nos olhos de seu amigo, e lânguida reclinou a loura frente.
 O hálito ardente de Peri bafejou-lhe a face.
 Fez-se no semblante da virgem um ninho de castos rubores e límpidos sorrisos: os lábios abriram como as asas purpúreas de um beijo soltando o vôo.
 A palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia...
 E sumiu-se no horizonte. (ALENCAR, 1995, pp. 295-296)

Esse final funciona como uma alegoria da lenda de Tamandaré, contada por Peri a Cecília: a sobrevivência de ambos daria início à população brasileira. Uma população miscigenada, construída a partir de duas culturas: a europeia e a brasileira. O fato de tais personagens serem os representantes da origem do Brasil revela que a diversidade cultural é a estrutura sobre a qual uma nova nação seria erguida. Assim, o Brasil é, em sua gênese, híbrido, aglutinador de distintas culturas. Fica evidente pela leitura de *O guarani* que a diversidade cultural é vista como essencial para a formação da jovem nação brasileira.

Passemos para a narrativa de Iracema, “a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira.” (ALENCAR, 2010, p. 20). O primeiro contato entre Iracema¹², a índia tabajara, e Martim Soares Moreno¹³, o guerreiro branco de origem lusa, revela o encontro de dois mundos, de duas culturas distintas:

Rumor suspeito quebra a doce harmonia da sesta. Ergue a virgem os olhos, que o sol não deslumbra; sua vista perturba-se.
 Diante dela e todo a contemplá-la, está um guerreiro estranho, se é guerreiro e não algum mau espírito da floresta.
 Tem nas faces o branco das areias que bordam o mar; nos olhos o azul triste das águas profundas. Ignotas armas e tecidos ignotos cobrem-lhe o corpo.
 Foi rápido, como o olhar, o gesto de Iracema. A flecha embebida no arco partiu Gotas de sangue borbulham na face do desconhecido.
 De primeiro ímpeto, a mão lesta caiu sobre a cruz da espada, mas logo sorriu. O moço guerreiro aprendeu na religião de sua mãe, onde a mulher é símbolo de ternura e amor. Sofreu mais d'alma que da ferida.

¹² “Iracema: em guarani significa lábios de mel, de *ira* – mel, e *tembe* – lábios.” (ALENCAR, 2010, p. 19). Além disso, vale lembrar que Iracema é um anagrama de América, fato que, para alguns críticos, faria do romance uma metáfora sobre a colonização americana pelos europeus.

¹³ “Martim: da origem latina de seu nome, procedente de Marte, deduz o estrangeiro a significação que lhe dá.” (ALENCAR, 2010, p. 25).

O sentimento que ele pôs nos olhos e no rosto, não o sei eu. Porém a virgem lançou de si o arco e a uiraçaba, e correu para o guerreiro, sentida da mágoa que causara.

A mão que rápida ferira, estancou mais rápida e compassiva o sangue que gotejava. Depois

Iracema quebrou a flecha homicida: deu a haste ao desconhecido, guardando consigo a ponta farpada.

O guerreiro falou:

– Quebras comigo a flecha da paz?

– Quem te ensinou, guerreiro branco, a linguagem de meus irmãos? Onde vieste a estas matas, que nunca viram outro guerreiro como tu?

– Venho de bem longe, filha das florestas. Venho das terras que teus irmãos já possuíram, e hoje têm os meus.

– Bem-vindo seja o estrangeiro aos campos dos tabajaras, senhores das aldeias, e à cabana de Araquém, pai de Iracema. (ALENCAR, 2010, pp. 21-23)

O diálogo que se estabelece entre a índia e o colonizador marca o início de uma relação que representará a fundação da nação brasileira. Temos, assim, como em *O guarani*, uma alegoria para a origem do Brasil. É o filho do casal, Moacir, o nascido do sofrimento de sua mãe, que representará o primeiro cidadão cearense, logo, brasileiro, fruto da união de duas culturas: “O primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra da pátria. Havia aí a predestinação de uma raça?” (ALENCAR, 2010, p. 117). Como em *O guarani*, temos em *Iracema* uma perspectiva positiva para a diversidade cultural. Os índios, representados metonimicamente por Peri e Iracema, atuam como heróis da nascente nacionalidade pós-colonial, fator de orgulho para os leitores do século XIX, que viam nesses atores culturais as origens míticas da nação brasileira. Ao partir da necessidade e do desejo de construir uma identidade nacional, Alencar utiliza-se da literatura, “mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento [...] esteja, em parte, [...] na fantasia.” (HALL, 2000, p. 109). A diversidade cultural, dessa forma, serve de base para a estruturação da cultura brasileira.

Reconhecer o outro, o diferente, o estrangeiro. Eis uma tarefa que, muitas vezes, é tão difícil de alcançar. Se existe uma premissa básica que a globalização nos ensina é a de que vivemos no mesmo mundo, mesmo que em nações, sociedades e territórios distintos. Pensar a globalização enquanto fenômeno que se caracterizaria pela simples soma dos povos que

habitam a Terra é acreditar em uma utopia. O somatório, nesse caso, não garante a perfeita harmonia entre as partes. Como “somar” judeus e palestinos num mesmo território geográfico? Como “somar” ingleses e irlandeses sob a mesma jurisdição política? Como “somar” em uma mesma cultura bascos e espanhóis? São questões que minam a estrutura do pensamento de uma globalização como somatório das partes.

Precisamos pensar na globalização, bem como na diversidade cultural, como noções que nem sempre garantem a harmonia entre os povos. Os conflitos étnicos são prova irrefutável disso. Seria pedir demais que todos esses conflitos terminassem de uma vez por todas. Não que sejamos descrentes. O fato é que precisamos considerar não apenas um dos lados do conflito, mas todos. Somente um juízo imparcial poderá avaliar os conflitos que corroem as culturas nos quais estão inseridos.

Alguém poderia pensar que a diversidade cultural, vista sob essa ótica, não garante o reconhecimento do outro. O indivíduo que assim pensasse estaria desconsiderando o contexto histórico e cultural no qual a diversidade se coloca. Em alguns contextos ela é bem-vinda (caso do Brasil pós-colônia), em outros não (caso da “era dos impérios”). Pode parecer uma pretensão das organizações mundiais, como a UNESCO, por exemplo, querer lançar planos de ações para que a diversidade cultural seja posta em prática. Muito pelo contrário. Tais ações ajudam a ver a diversidade como uma riqueza que precisa ser cultivada, caso contrário, será bastante difícil viver no mesmo mundo, apesar das distâncias que separam as nações. É nesse sentido que o painel construído nesse ensaio apresenta sua relevância: mostra que diferentes pontos de vista se preocupam com o outro, defendendo que sem ele não conseguiremos compreender a nós mesmos.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*: romance brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

_____. *O guarani*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Iracema*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

BERTUSSI, Lisana Teresinha. *Tradição, modernidade, regionalidade*: poesia regionalista gauchesca de 1922 a 1932. Porto Alegre: Movimento; Caxias do Sul: Educs, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 1997. (Volume 3 – Era romântica)

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KOTHE, Flávio R. *O cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MALGESINI, Gabriela; GIMÉNEZ, Carlos. “Pluralismo cultural”. In: _____. *Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad*. Madrid: Comunidad de Madrid, 2000. p. 323-327.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TAYLOR, Charles F. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Tradução de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

UNESCO. Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2015.

Recebido em 10/08/2015.

Aceito em 04/12/2015.